

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 050

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MAIO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palma e Marcos Isfer.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1.191

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de lei nº 140/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/2001, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 12.941/2000, alterada pela Lei nº 12.954/2000, que trata da cessão de imóvel na Rua Manoel Ribas, à Organização Mundial da Família.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1.179

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao município de Quarto Centenário, pela passagem de seus 5 anos de emancipação política e administrativa.

O município de Quarto Centenário está localizado no Noroeste do Paraná e é um orgulho para nós podermos prestigiar o povo hospitaleiro, que acolhe a todos com amor e amizade. Trabalhando incansavelmente no presente para construir o futuro, a população não esquece as lições do passado, de força e coragem, sabendo que a recompensa do esforço é alcançar os objetivos. Parabéns Quarto Centenário. Parabéns à sua população.

Receba o município, através de seu prefeito José Paschoal do Prado os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1.190

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa e enviado à administração municipal de Santa Terezinha de Itaipu, votos de congratulações, pela passagem do 19º aniversário de emancipação política daquela cidade.

A trajetória política de Santa Terezinha se confunde com a nossa própria história. Desde a primeira administração - cuja prefeita foi Lenir Spada, atual vice-prefeita - acompanhamos de perto o nascimento e crescimento daquela cidade que desponta como uma das mais promissoras da região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar o povo e a administração de Santa Terezinha pelo aniversário.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1.175

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário, REQUER ao excelentíssimo senhor presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente ao

Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando informações sobre a concessão ou não, por empréstimo temporário, durante o período da campanha eleitoral, de algumas peças de coletes à prova de bala da corporação, para uso de pessoas civis da cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Durante a campanha eleitoral de 1º de outubro próximo passado, algumas pessoas que atuaram na “segurança” do candidato eleito do município de Dois Vizinhos, Padre Lessir Bortulli, utilizaram-se de coletes à prova de bala, entre os quais o ex-policia militar José Clair Soares Colares e outro, de nome May Eberle, aproveitando-se dessa proteção para, muitas vezes, extrapolar de suas verdadeiras atribuições na campanha. Ocorre que, passados 06 meses da eleição, informações extra-oficiais nos chegam, dando conta de que tais coletes teriam sido “emprestados” pela Polícia Militar, mais especificamente seriam oriundos do Comando da PM da cidade de Pato Branco, onde o ex-policia citado teria certo “trânsito livre” e laços de amizade. Assim sendo, no sentido de que, caso confirmadas as informações, medidas devem ser tomadas para coibir tais abusos quanto à má utilização de equipamentos de uso exclusivo da instituição Polícia Militar, necessitamos que tais fatos sejam esclarecidos por quem dê direito.

REQUERIMENTO Nº 1.176

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário, REQUER ao excelentíssimo senhor presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, doutor José Tavares da Silva Neto, bem como ao diretor geral da Polícia Civil do Paraná, doutor Leonyl Ribeiro, solicitando informações sobre em que situação o ex-policia militar José Clair Soares Colares encontra-se prestando serviços junto à Delegacia de Polícia Civil da cidade de Dois Vizinhos, quando se deu sua contratação, se foi chamado através de algum concurso, enfim a fórmula encontrada para sua lotação naquela Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Não entendo, senhor presidente, senhores deputados, enquanto vários agentes devidamente aprovados em concurso público aguardam vagas para atuar na sua área profissional, e de repente, uma pessoa que não conta com nenhum respaldo moral ou profissional na região do Sudoeste, encontra espaço para atuar numa função de segurança pública. Essa pessoa, José Clair Soares Colares, que tenhamos conhecimento, não prestou nenhuma espécie de concurso público ou

sequer um teste seletivo para atuar na função e mesmo assim está prestando serviços na Delegacia de Polícia Civil de Dois Vizinhos. Não bastasse esse fator legal, é de amplo conhecimento de que referida pessoa tem uma história de mau policial militar (esteve para ser expulso, pediu desligamento da corporação), além de ser notoriamente conhecido como mau pagador de contas em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, cidades onde residiu recentemente, além de haver e estar respondendo a processo crime por vários motivos, inclusive agressão e calúnia. Solicitamos essas informações para tentar entender o porquê certas coisas acontecem e até para que nossa requerimento sirva como alerta, pois se esse cidadão, investido de poder na área de segurança pública, vir a cometer desatinos, estejam todos avisados que este parlamentar não concorda com sua lotação na Delegacia de Polícia de Dois Vizinhos ou investidura em qualquer função que mereça um mínimo de dignidade para ser exercida.

REQUERIMENTO Nº 1.181

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo no sentido de atender o pedido da senhora Rosana Machado de Oliveira, residente na Rua 1 - Casa 134 - bairro Campo Alto, que pede a contratação de mais médicos para atender aos pacientes no Posto de Saúde do Atuba - bairro Campo Alto. Segundo a senhora Rosana, há muitos moradores no bairro que necessitam diariamente dos serviços médicos e o número de consultas é pouco para atendê-los, sendo somente 16 (dezesesseis) consultas para clínica geral e 12 (doze) para ginecologia.

Com o atendimento do presente, toda a comunidade será beneficiada. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 675-6969.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.182

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Pruelo Purkote, residente na Rua José Milek Filho, 112 - Jardim Grazielle, que pede a conclusão das obras que estavam sendo feitas nas valetas, deixando-as a céu aberto, na Rua Marrocos, proximidades de sua residência.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-8739.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.183

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Nilza Alves da Cruz, residente na Rua Barigui, 295 - bairro Alto Pinheiro, que pede a implantação de iluminação pública na rua em que reside, tendo em vista que a noite o local fica muito escuro e perigoso, principalmente para os moradores que necessitam sair ou chegar em suas residências neste período. Pede urgência no atendimento do presente, a fim de tornar o local iluminado, conseqüentemente mais seguro. Solicita também, reparos naquela rua, sendo que a mesma encontra-se em péssimo estado de conservação.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-2485 (recados com a irmã Olinda).

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.184

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais no sentido de atender o pedido da senhora Margarete da Luz de Lima, residente na Rua Francisco Eugênio Gomes Pereira, 663 - Jardim Atuba II, que pede a limpeza da valeta sito em frente de sua residência e a limpeza no terreno baldio sito ao lado de sua residência, no número 603.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 274-5200.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.185

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido da senhora Nilcéia do Rocio Soares, residente na Rua João Soares, 11 - Vila Pompéia, que pede a passagem da máquina na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se repleta de "crateras", tornando-a intransitável.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 393-5401.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.186

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do senhor Antonio Seichas Rosa, residente na Rua Abolicionistas, 93 - Jardim Naturama, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. Veículos não conseguem mais transitar naquela rua.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-7678.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.187

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Terezinha Lopes da Silva, residente na Rua A - Casa 90, Jardim Naturama, que pede reparos, ou seja, passar a máquina em todas as ruas do bairro. As mesmas encontram-se completamente intransitáveis.

Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.188

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de estudantes da PUC, os quais pedem policiamento à noite no local, principalmente no ponto de ônibus Interbairros II, sendo que muitos desocupados e drogados ficam nas proximidades do ponto perturbando os usuários, principalmente os estudantes.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.188A

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido do senhor Luís Vedei residente na Rua Goiânia, 85, Vila Macedo, que pede reparos em todas as ruas do bairro, tendo em vista as mesmas encontram-se intransitáveis e completamente abandonadas pela Prefeitura.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 673-6818.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.189

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido do senhor Alceu José Pontes, residente na Rua Sebastião Marcos Luiz, 225 - Vila Camargo, bairro Cajuru, que pede destacamento de policiais de trânsito na BR-116, nas imediações da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tendo em vista que o congestionamento é enorme e os veículos realizam ultrapassagens pelo acostamento. Inúmeros acidentes já aconteceram e o local tornou-se muito perigoso.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 226-5259.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1.193

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor governador Jaime Lerner, solicitando informações referentes à saída da Empresa Chrysler do Brasil S/A do município de Campo Largo.

01 - Qual o valor da multa a ser aplicada à Empresa Chrysler do Brasil S/A, se esta confirmar sua desistência das atividades do município de Campo Largo?

02 - Quais soluções tem o governo do Estado com relação à saída da empresa daquele município?

03 - Solicitamos cópia de contrato e/ou protocolo de intenções firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Empresa Chrysler do Brasil S/A quando de sua instalação no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, num esforço para atrair empresas montadoras para o nosso Estado, visando um maior desenvolvimento industrial, e que traria melhor qualidade de vida à nossa população, lançou mão de incentivos fiscais às indústrias (especialmente automobilísticas) que aqui vieram a se instalar.

Nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, onde as montadoras se instalaram, foi visível o desenvolvimento, já que as empresas geraram muitos empregos diretos e especialmente indiretos, pois a população local aproveitou a oportunidade para aumentar sua renda, através da abertura de pequenas e médias empresas que ganharam condições de existência e crescimento com o evento da instalação de um grande empreendimento industrial. Desta forma, uma grande montadora trouxe, para muitos que não poderiam sequer sonhar com seu próprio comércio, uma oportunidade de geração de

novos empregos e rendas, tudo numa cadeia beneficiária que alcançou grandes proporções.

O município de Campo Largo, onde encontra-se instalada a Montadora Chrysler do Brasil S/A está passando por momentos difíceis, ante a perspectiva da saída daquela Empresa da cidade, pois isso em muito prejudicaria o desenvolvimento local, causando um elevadíssimo nível de desemprego e uma cadeia de problemas sociais. Diante do exposto, solicitamos ao senhor governador Jaime Lerner as informações em anexo.

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 156/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A merenda escolar será oferecida em todos os estabelecimentos públicos de ensino infantil, fundamental e médio no Estado do Paraná, inclusive no período noturno.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes desta lei, no exercício de 2001, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, na forma do artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Ficam dispensadas do cumprimento do disposto nesta lei tão somente as escolas que não funcionam no período noturno.

Art. 4º - O cardápio da merenda escolar não poderá ser composto apenas com alimentos industrializados e será elaborado por nutricionista cujo nome deve ser fixado nas cantinas das escolas, juntamente com o número do registro do profissional no respectivo órgão de classe.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispõe sobre a necessidade da formação integral do aluno, recebendo inclusive alimentação. Contudo essa alimentação também deve ser estendida aos estudantes do período noturno, sobretudo em se relevando que muitos desses alunos, desde cedo acabam trabalhando para melhorar o orçamento familiar.

A carência de recursos financeiros das famílias de muitos estudantes impede a realização do princípio da igualdade entre os estudantes, necessitando o Estado suprir essa deficiência através da merenda escolar.

É fato já diversas vezes noticiado que muitos alunos frequentam a escola muito mais em razão da merenda

do que da própria consciência sobre a importância da formação cultural.

A formação dos estudantes traz vários componentes que não podem ser desprezados ou encarados individualmente. Um desses componentes é a oferta da merenda escolar, garantindo sobretudo aos estudantes mais pobres a certeza de alimentação mais digna.

PROJETO DE LEI Nº 157/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a destinar, aos municípios sedes de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para sua instalação no Estado do Paraná, 50% (cinquenta por cento) de multas e indenizações pagas pela quebra do Contrato e Protocolo de Intenções firmados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior será aplicado a título de incentivo preferencialmente nas pequenas e médias empresas do município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, num esforço para atrair empresas montadoras para o nosso Estado, visando um maior desenvolvimento industrial, e que traria melhor qualidade de vida à nossa população, lançou mão de incentivos fiscais às indústrias (especialmente automobilísticas) que aqui vieram a se instalar.

Nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, onde as montadoras se instalaram, foi visível o desenvolvimento, já que as empresas geram muitos empregos diretos e especialmente indiretos, pois a população local aproveitou a oportunidade para aumentar sua renda, através da abertura de pequenas e médias empresas que ganharam condições de existência e crescimento com o evento da instalação de um grande empreendimento industrial. Desta forma, uma grande montadora trouxe, para muitos que não poderiam sequer sonhar com seu próprio comércio, uma oportunidade de geração de novos empregos e rendas, tudo numa cadeia beneficiária que alcançou grandes proporções.

Agora vemos que montadoras estão se retirando dos municípios onde encontravam-se instaladas. Para os que ficam na região, isso representa um verdadeiro caos, já que os muitos empregados da empresa são dispensados. Isso, por si só, já representa uma quebra social enorme. E como se não bastasse, as empresas (pequenas e médias) que nasceram e cresceram com o advento da instalação, estão fadadas ao seu fim, pois assim como os

benefícios do crescimento ocorrem em cadeia, da mesma forma o caos social se espalhará.

Sabemos que o desemprego, a improdutividade, a carência financeira, são verdadeiras fontes de desgraças que vão desde a fome à violência. Não é possível que após uma localidade ter-se desenvolvido graças à ação governamental nesse sentido, venha agora a cair em desgraça pelo mesmo motivo.

Com o objetivo de encontrar soluções para a manutenção das empresas dos municípios onde se instalaram estes grandes empreendimentos industriais e que hora se retiram do nosso Estado, estamos buscando que o Governo do Estado repasse o valor de 50% (cinquenta por cento) de multa e/ou indenizações advindas da quebra do contrato e/ou protocolo de intenções firmado entre o Governo do Estado e estas empresas. Desta forma, estaremos dando fôlego a estes empresários prejudicados até que encontrem novas soluções para seus empreendimentos, diminuindo assim o impacto social negativo que a retirada destas montadoras está causando.

PROJETO DE LEI Nº 158/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar e instalar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, com sede no município de Pontal do Paraná.

Parágrafo Único - Fica anexado à jurisdição da Ciretran, além do município sede, o município de Matinhos, desmembrados que ficam da jurisdição da Ciretran de Paranaguá.

Art. 2º - Fica o Governo do Estado autorizado a celebrar com o município de Pontal do Paraná, todos os convênios necessários para implantação dessa nova estrutura administrativa.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhores deputados.

A matéria objeto deste projeto de lei, ou seja, a autorização para que o Governo Estadual procederà à criação e instalação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, com sede no município de Pontal do Paraná, justifica-se por vários motivos, entre os quais:

- Pontal do Paraná e Matinhos encontram-se ligados estruturalmente, e por esse fator, o atendimento à população dos dois municípios ficaria extremamente facilitado, em termos de encurtar distâncias e facilidades de acesso;

- Paranaguá, por ser uma cidade portuária, recebe um fluxo enorme de veículos, especialmente caminhões de transporte, o que dificulta sobremaneira o acesso à estrutura existente;

- Pontal do Paraná e Matinhos, conjuntamente, contam com uma população fixa estimada em 35.000 (trinta e cinco mil) habitantes, o que por si só justifica a criação e instalação dessa estrutura.

- O prefeito de Pontal do Paraná manifesta o interesse de sediar essa nova estrutura, estando disposto a bancar os investimentos que, pelas normas atuais adotadas pelo Detran, cabem aos municípios sedes de Ciretran's.

Assim sendo, entendemos viável a criação e instalação da mencionada Ciretran, como foram de atendimento à legítima reivindicação da população, através de seus representantes legais.

PROJETO DE LEI Nº 159/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - O Governo do Estado, através da Polícia Militar do Paraná, fica obrigado a disponibilizar efetivo policial para desenvolver ações de segurança numa área de até 100 (cem) metros dos prédios onde funcionam as escolas da rede estadual de ensino, em todo o território paranaense.

§ 1º - A escala dos policiais militares que prestarão os serviços será feita pelo Comando da Polícia Militar de cada município, em sua respectiva jurisdição.

§ 2º - O horário de atuação deverá, obrigatoriamente, iniciar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do início do horário escolar e estender-se até 30 (trinta) minutos após o encerramento das aulas, em cada período.

Art. 2º - Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhores deputados:

A cada dia, mais e mais manchetes jornalísticas nos assombram com a triste realidade em que vivemos: a escassez de segurança para o nosso povo. A cada

momento, nos deparamos com manchetes dando conta de que nossa juventude está à mercê de marginais, especialmente de traficantes inescrupulosos, que aproveitam-se até mesmo da inocência dos adolescentes para iniciá-los no mundo das drogas, que na maioria dos casos não tem retorno. Entendo que é hora de passarmos a tomar medidas mais contundentes que ampliem a defesa do cidadão e que venham a limitar o acesso dos marginais à nossa juventude. Uma das formas encontradas com certeza será esta que estamos propondo, através deste projeto de lei que, sem dúvidas, em sendo aprovado pelo nobres parlamentares e sancionado pelo governador Jaime Lerner, ampliará a atuação da Polícia Militar no combate às drogas e à marginalidade. É uma maneira de sairmos do campo das idéias para a prática, antes que seja tarde demais para qualquer iniciativa. Esta lei poderá não ser a solução definitiva e total do problema, mas com certeza virá a minimizá-lo sobremaneira, pois alguém duvida de que a presença de policiais militares impõe respeito e por si só afugentam os marginais? Pois se conseguirmos que eles fiquem longe das escolas, com certeza estaremos conseguindo que diminuam significativamente seu raio de ação e seu acesso à juventude.

Desta forma, conto com a aprovação dos nobres deputados, bem como com a sanção do excelentíssimo senhor governador do Estado, para que essa importante atuação seja implantada com urgência, como urgente é a ação que devemos desenvolver em favor da segurança pública como um todo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço uso da tribuna neste dia e gostaria de tecer alguns comentários sobre o dia 1º de maio que comemoramos há pouco. E eu falo, o dia 1º de maio é consagrado como o Dia do Trabalhador, dia em que tem sua origem pela coragem que tiveram 800 mil trabalhadores nos Estados Unidos há 115 anos atrás organizaram-se a fim de lutar por seus direitos, principalmente por uma jornada de trabalho de 8 horas diárias.

No entanto, este dia 1º de maio não pode ser visto hoje como um dia marcado só pelo luto e comemoração de alguns direitos conquistados pelos trabalhadores, mas também é um dia para muita reflexão sobre os acontecimentos e sobre a realidade do nosso País.

O momento em que vivemos, em que passa o País, de crise econômica, e que a corrupção toma conta do País; o momento em que o desemprego continua e é a principal preocupação do trabalhador hoje.

A agricultura familiar não é, aliás nunca foi, e menos ainda agora está sendo valorizada. Nós vemos, enfim, uma política colocada em prática no nosso País, que deixa feliz o Banco Mundial e o FMI. No entanto, o

povo brasileiro clama por justiça e clama por um salário mínimo mais digno.

Neste dia 1º de maio tivemos aqui no Paraná um grande ato que foi marcado pela inauguração de um monumento na BR-277 que retrata a violência do governo Jaime Lerner aos trabalhadores, a violência de Jaime Lerner no Paraná.

Naquele dia, no dia 1º de maio, aliás, no dia 02 de maio, há um ano atrás, foi morto na BR-277 um agricultor, Antonio Tavares, quando se dirigia à Capital, onde viria participar de um ato promovido pelo MST. Um ato pacífico que o MST iria realizar e os sem-terra estavam vindo para participar deste ato e no entanto o governador Jaime Lerner manda barrar os agricultores na BR-277.

Acaba tendo um confronto muito grande e o agricultor Antonio Tavares perde a vida e, um ano depois, nada ainda foi apurado, aliás, foi arquivado o processo.

Um ano depois, então, da morte desse agricultor, foi instalado ontem o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da política governamental de violação dos direitos humanos do Paraná, que contou com personalidades importantes, dentro deles o Prêmio Nobel da Paz, em 1980, o argentino Adolfo Perez Esquivel e o advogado Hélio Bicudo, da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA.

Senhores deputados, este Tribunal fez o julgamento simbólico, é claro, e não seria outro resultado senão a condenação do governo do Estado do Paraná.

Houveram muitas testemunhas, que puderam colocar para o povo que lá estava, aos jurados, todos os tipos de violência que sofreram.

É lamentável que pessoas, inclusive de outros países, venham ao nosso Estado e assistam à triste história da violência no Estado do Paraná.

É lamentável que na comemoração do Dia do Trabalhador temos que estar de luto pela morte de um companheiro, causado pela insensatez de um governo que desrespeita os direitos humanos e trata as reivindicações sociais, como caso de polícia.

A sociedade pede justiça, emprego, segurança, educação, saúde, moradia, lazer.

Atender a essas necessidades é o papel do Estado. O que presenciamos, no entanto, é o Estado sendo um dos maiores promotores de corrupção e violência dos direitos humanos.

O governador Jaime Lerner está fazendo escola: está aí o caso dos grampos telefônicos e violação dos segredos telefônicos. Em nome da democracia é preciso apurar os fatos e punir os culpados.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Senhor presidente, senhores deputados:

(Lê):

“A imprensa brasileira estampa quase diariamente a triste realidade vivida neste País, por milhares de pessoas que aguardam nos hospitais por um transplante de órgão que lhes permita uma sobrevida.

Para muitos desses pacientes o fio de esperança para continuarem vivendo torna-se cada dia mais frágil, em razão do preconceito que ainda se constata perante a sociedade em relação à doação de órgãos para transplante.

O governo federal, através do Ministério da Saúde, tem levado ao ar, através de campanhas institucionais, mensagens estimulando a doação de órgãos. Todavia, por razões diversas, pouco se tem conseguido de positivo para diminuir a fila de pessoas que aguardam por um transplante.

O assunto é extremamente delicado, temos consciência disso, no entanto, não podemos ficar alheios ao problema.

Se hoje, graças a Deus, não figuramos entre os que integram a longa fila de espera por um transplante, se não temos nenhum familiar nessa triste situação, não quer dizer que nada deveremos fazer em favor de nossos irmãos que hoje vivem de um frágil fio de esperança, na espera por um órgão.

Nesse sentido, senhor presidente, senhores deputados, por acreditar que as maiores dificuldades para se obter um órgão para transplante estão principalmente na falta de informação, por falta de conhecimento, e por preconceito, é que propusemos perante esta Casa de Leis, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a incluir nos currículos de primeiro e segundo graus, disciplina informativa relativa à doação de órgãos para transplante.

Acreditamos, senhor presidente, que se iniciarmos o processo de educação, de informação junto às crianças, jovens e adolescentes, através de matéria curricular nas escolas de primeiro e segundo graus, iremos avançar num futuro próximo, e reduzir a interminável fila de espera por um transplante, eliminando a doação de órgãos, bem como dos familiares desses pacientes que sofrem ainda mais do que os próprios doentes, a angústia da espera, impossibilitados que estão de qualquer outra iniciativa, senão esperar.

Nosso projeto, senhor presidente, senhores deputados, já iniciou sua tramitação nesta augusta Casa e em razão da relevância do assunto, apelamos à Presidência deste Legislativo Estadual, aos senhores presidentes e relatores das Comissões Técnicas Permanentes, para que, no menor espaço de tempo possível, venha à apreciação deste douto Plenário, apelando da mesma forma a todos os senhores deputados para a sua aprovação e transformado em lei, seja aplicado de imediato nos estabelecimentos de ensino, e dessa forma, ampliarmos as indispensáveis informações sobre a importância da doação de órgãos para transplante, e seja o nosso Estado, exemplo de solidariedade ao País em prol da vida.

Senhor presidente, nós esperamos então que esta Casa saia na frente, dando este exemplo para o Brasil.

Tantas pessoas necessitadas, tantas pessoas morrendo na fila dos hospitais, aguardando a doação de órgãos.

Hoje nós estamos acompanhando a falta de informação, a falta de conscientização para conseguirmos a solidariedade dos nossos irmãos brasileiros, para que possamos, então, salvar vidas de tantas pessoas que aguardam na fila de espera.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

O Governo do Estado que acaba de ser condenado por um tribunal internacional, começa a ter uma nova visão em relação aos problemas dos chamados grampos, do Palácio Iguaçu.

Gostaria de fazer uma sugestão ao governo, nesta tentativa que faz de desviar a atenção da CPI da Telefonia. A CPI está montada. O que o governo vem fazer agora? Anuncia que vai compor uma Comissão Especial de Investigação com membros majoritariamente, me parece, do próprio governo. Como ele vai colocar a presença do secretário José Tavares, vai colocar o procurador geral do Estado, Joel Coimbra, aquele do “tapinha não dói”; o Tavares do massacre da BR-277, eu vou fazer uma sugestão para essa Comissão Especial de Investigação do Governo: por que ele não coloca o Gerson Guelmann para averiguar aquilo que está acontecendo em relação ao problema dos grampos? Porque fica claro aqui, senhor presidente, senhores deputados, a tentativa do governo de achar o resultado diferente daquele que certamente será encontrado pela CPI da Telefonia. É uma tentativa de esvaziar a CPI da telefonia fazendo essa Comissão Especial de Investigação, paralelamente. Essa Comissão terá, inclusive - segundo se anuncia, a presença de representantes da Assembléia Legislativa, mas todos os partidos já estão representados na CPI da Telefonia.

Então, por que a Assembléia ficar numa posição, no meu entendimento de não isenção até, nessa Comissão Especial de Investigação do Governo, que aliás faz o reconhecimento, que não é um caso de polícia, quer dizer, se não fosse a imprensa dar a devida dimensão a esses crimes que foram praticados, talvez o governo tivesse alcançado seu objetivo, de mais uma vez colocar panos quentes em cima desses assuntos que a população de todo o Paraná exige que sejam esclarecidos, que sejam aclarados, que sejam definitivamente colocados diante da opinião pública, sem nenhuma dúvida.

É isso que o governo está querendo fazer, está colocando uma cunha, uma manobra diversionista para desviar a atenção da CPI da Telefonia para essa Comissão Especial de Investigação, que no meu entendimento

traz no seu bojo o parcialismo, a falta de isenção, porque colocar numa Comissão Especial de Investigação, o procurador geral do Estado, o secretário de Segurança, envolvidos em episódios lamentáveis, é aquilo que eu volto a repetir, só falta colocar o Gerson Guelmann nessa CPI, porque aí sim, estará tudo dominado.

Quero fazer um reparo. Tenho a maior atenção, respeito, porque vejo a tentativa de dar seriedade à laranjice dessa Comissão Especial de Investigação fazendo com que o Ministério Público e a OAB se façam presentes, mas a OAB, como o Ministério Público já estão presentes na CPI da Telefonia.

Portanto, fica aqui para nós, da Oposição, que é uma manobra clara de desviar a atenção, de se obter logo mais um resultado que certamente não vai ser o resultado alcançado pela CPI.

Eu uso o horário do PMDB e concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Waldyr Pugliesi, vamos aos fatos.

O governo, inicialmente, não reconhecia a legitimidade da CPI para investigação dessas questões do grampo telefônico. Posteriormente, passou a admitir. O que se quer com essa comissão me parece que é usar a credibilidade que o governo não tem nessa questão, a credibilidade do Ministério Público, a credibilidade da OAB para legitimar uma comissão que não tem o mesmo poder que tem a CPI.

Ora, o Ministério Público está fazendo parte da nossa CPI, a Assembléia Legislativa, me permita aqui, senhor presidente, eu acho um desrespeito com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o governo tentar montar uma comissão para investigação dessa questão, colocando a Assembléia como membro dessa comissão, mas, ora! A Assembléia está fazendo a investigação regimental, formal, aprovada por esta Casa, por todos os seus membros. Lá estão todos os seus partidos representados, lá estão todas as forças políticas representadas nessa comissão. Então, convidar a Assembléia Legislativa para participar de uma Comissão Especial quando aqui uma CPI investiga esse fato, no mínimo é um desrespeito com o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Então, acho que a nossa intervenção, deputado Waldyr Pugliesi, e vossa excelência com propriedade aborda essa questão, é no sentido de fazermos um apelo a essas entidades. O governo, até se quiser criar uma comissão, que crie uma comissão interna, isso é um problema do governo. Agora, querer colocar nessa comissão entidades, órgãos que têm credibilidade com relação à opinião pública, parece-me algo que realmente não cabe neste momento.

Acho que o nosso apelo é no sentido de que a OAB, o Ministério Público e as outras entidades que já estão participando aqui da CPI, que se recusassem a participar de tal comissão. Acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não pode indicar representante

para a participação, sem que seja discutida esta questão aqui no plenário, porque nós não podemos conceber que a nossa CPI tenha minimizada a sua atuação, tendo em vista a manobra do governo, que agora sim, já admite a responsabilidade. Não é mais um caso de polícia. Agora, já é um caso que preocupa o Palácio Iguaçu e, por isso, estão formando uma comissão.

Faço esse aparte a vossa excelência, no sentido de fazer um pedido ao presidente da Assembléia: nós não podemos, sob pena de tirarmos a credibilidade da Assembléia Legislativa, indicar membros para participar dessa comissão. Seria realmente um absurdo da nossa parte, da parte deste Poder Legislativo.

Faço um apelo a vossa excelência, para que encaminhe essa questão dessa forma. Estou vendo aqui o deputado Caíto Quintana que é o corregedor da nossa Assembléia; acho que nós temos que conversar com o presidente Hermas Brandão, que seria um contra-senso a Assembléia indicar membros para participar de uma Comissão Especial, sendo que aqui está funcionando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o assentimento de todos os deputados representantes de partidos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Augustinho Zucchi. Os argumentos esposados por vossa excelência foram, em síntese, os mesmos que eu tinha colocado aqui na tribuna. Mas, é preciso realmente que esta Casa, como eu já tinha dito, que está representada através de todos os seus partidos na CPI da Telefonia, não se diminua como simples peça de assessoria para, juntamente com o Ministério Público e a OAB, dar seriedade, representatividade a essa Comissão Especial de Investigação, que o governo Lerner, tocado pelos fatos, tangido pelos fatos, se obriga perante à opinião pública a fazer essa tentativa.

Até volto a dizer; para tentar logo mais se contrapor aos resultados que serão alcançados na CPI da Telefonia.

Concedo um aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Waldyr, eu, a partir de ontem, ouvi duas coisas que me deixaram estarecidos: uma, o Executivo fazer uma comissão de alto nível para discutir sobre grampo, que além dos argumentos do deputado Augustinho Zucchi, acho que é um desrespeito à Assembléia Legislativa; é um absoluto desrespeito a uma Casa que compõe uma CPI, e o Executivo, como se fosse superior a isso, com pessoas de sua indicação formam uma comissão de alto nível.

A outra coisa que ouvi e, me desculpem os senhores da imprensa, que também não gostei, foi de que ontem, em uma reunião com o Sindicato dos Jornalistas, eles pretendem criar uma comissão para saber sobre a questão de grampos na imprensa.

Diria o seguinte: a Comissão da Assembléia Legislativa, a CPI da Assembléia Legislativa, deveria convidar inicialmente e convocar depois, a comissão de alto nível do Palácio, como também a comissão de imprensa, criada pelos jornalistas, e depor na CPI.

Porque, se tem alguém que pode representar, pode sugerir ao Ministério Público a abertura de um inquérito ou as comissões, determinadas pelo conteúdo final da CPI, é a CPI, e não uma comissão de alto nível ou uma comissão que vai saber lá, de “brincadeirinha”. Quem sabe, vai reunir a comissão de imprensa e a de alto nível do Palácio em torno de um churrasco e dizer o seguinte: “Olha, vamos deixar isso por aí mesmo, tal e coisa”. Está desrespeitando o Poder Legislativo.

Acho que o presidente Hermas Brandão tem que comunicar com vigor esta falta de respeito para com a Assembléia, que tem uma CPI em funcionamento e o Executivo tenta chamar a atenção da imprensa; tomara Deus que não seja de comum acordo, exatamente para esvaziar a CPI da Assembléia Legislativa!

Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto vossa excelência se quer usar do Horário da Liderança das Oposições.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vamos caminhar, porque o assunto é importante.

Tanto é que o governo, que não estava, logicamente, com seus interesses muito claramente colocados para nós, não estava dando a devida importância, mas agora ele tem que fazer a verificação.

Li uma declaração do deputado Durval Amaral, líder do Governo, que outro dia estava limitando o problema dos “grampos” a um caso de polícia. Agora, o próprio líder do seu governo, reconhece que não é simplesmente um caso de polícia. Vale a pena lembrar, e já se falou isso várias vezes, mas nunca é demais falarmos o seguinte: que Nixon, presidente da nação mais poderosa do mundo, violentador, aliás, de direitos humanos no mundo todo, os Estados Unidos, o Nixon foi apeado do Poder quando dois jornalistas levantaram, de maneira irrefutável, que se fazia escuta telefônica no comitê do Partido Democrata.

Tenho certeza que se fazia, no passado, escuta telefônica no comitê do Roberto Requião, candidato do meu partido ao Governo do Estado.

Tenho certeza que se intrometeram criminosamente no comitê do candidato Ângelo Vanhoni. Olha, a dimensão deste assunto é monumental. É um assunto para o qual a Assembléia deve colocar toda a sua atenção.

Já tinha dito e fui corroborado pelo deputado Caíto Quintana, é preciso que esta Assembléia não fique no acessório no “penduricalho”, com uma presença pálida, sem a presença do sangue que dá vida, e desta maneira está na CPI, para ficar aqui natimorta, a presença da Assembléia, numa comissão especial parcial.

Nós não somos ingênuos. Algumas coisas são montadas para não montarem nada. Algumas CPI's são montadas para não chegar a resultado nenhum. Algumas comissões especiais de investigações são adrede preparadas para se contrapor àquilo que de maneira legítima só poderá alcançar, no outro lado, para ficar o contraditório, mas de maneira espúria.

É preciso que fique bem clara a posição das Oposições neste assunto, como em todos os outros.

Concedo aparte ao nobre líder, Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Waldyr Pugliesi, quero apartear-lo, neste momento, para em três pontos fundamentais fazer minha colocação, que acredito também seja a colocação do governo.

Em primeiro lugar, a CPI que nós parlamentares e este Parlamento insistiu, tem um objetivo específico que são as irregularidades nas tarifas de telefone, na telefonia fixa e móvel.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual, quando trata das comissões parlamentares de inquérito é taxativa, é expressa, inclusive, tanto a Constituição Federal como a Constituição Estadual, ao afirmar que as Comissões Parlamentares devem se restringir, se ater ao objeto de sua criação. Reiteradas vezes o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado neste sentido.

Faço esta colocação para dizer que o Parlamento, em hipótese alguma, deve se furtar de qualquer investigação que seja de sua alçada e que sejam envolvidos entre públicos e até entes privados, quando se lesa um consumidor.

Por sua vez, no caso específico deste grampo telefônico, nós temos que destacar que o mesmo ocorreu por mando da empresa Delta, que é uma empresa distribuidora de petróleo, a outra empresa concorrente, que é a ocidental, na cidade de Araucária. Nós temos que destacar que, descoberto o grampo veio à tona a incrível coincidência de que o advogado da empresa Delta, que contratou o grampo telefônico para se grampear a Ocidental, por coincidência ou não, é o mesmo advogado das pessoas que foram detidas. O que demonstra, por si só, uma grande coincidência.

Efetivamente, entendo que a CPI não pode fugir à sua finalidade. Pode-se-ia até ter uma CPI para investigar a questão do grampo telefônico. Deveria ser uma comissão específica, constituída para este fim, mas que não está em discussão, neste momento.

O terceiro aspecto é colocar que ouvi muito aqui dos nobres parlamentares e toda a sociedade, sempre me posicionei neste episódio do grampo como um caso policial, que deveria ser investigado pela polícia - e reafirmo esta posição - mas, é inquestionável a grande repercussão na sociedade, nos meios de comunicação. É inquestionável que nós, parlamentares, nossos deputados, cobraram uma posição do governo do Estado. E o mesmo constitui uma comissão de altíssimo nível, que não é "interna cor-

poris", não é uma comissão de altíssimo nível, que é a "interna corporis", não é uma comissão só do Executivo. Não. Abre e faculta a participação da Assembleia Legislativa. Convida o Ministério Público. Convida a Ordem dos Advogados do Brasil, e outras entidades, que com absoluta isenção vão investigar.

Acho que não é coerente, inclusive se contrapor a esta comissão, porque quem está sendo acusado é efetivamente o Poder Executivo. Tomou a iniciativa que nós, parlamentares, estávamos a cobrar, que a Oposição estava a cobrar. Quer dizer, se se toma uma iniciativa envolvendo o Ministério Público, a OAB, buscando a isenção e a imparcialidade total, quero crer que o governo agiu certo. Pode até ter agido tardiamente, mas agiu de forma correta.

Acho que a crítica é facultada a todos nós parlamentares, mas neste ponto é a minha posição e eu acredito que a atitude de todos os parlamentares poderia ser, de parabenizar o Executivo por esta iniciativa, porque, antes tarde do que nunca. Está procurando investigar, envolve o Ministério Público, envolve a OAB, que são entidades sempre, guardiãs da segurança da nossa Constituição, dos direitos humanos e que nós, efetivamente, temos que respeitar, preservar e neste momento aplaudir até, o Poder Executivo por esta iniciativa.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Registro as posições oficiais do governo. O líder diz: "Antes tarde do que nunca". Mas, senhor líder, esse governo tem sido muito mais "nunca do que antes tarde". Porque ele está sendo nunca nos Jogos Mundiais da Natureza, está sendo nunca na CPI do Pedágio e em outras coisas que ele poderia ter sido também tardio. Mas fica registrada esta posição governamental.

Senhor presidente, peço a tolerância da Mesa, não poderia terminar o meu pronunciamento sem antes dar a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni, que está solicitando este aparte há algum tempo.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Senhor presidente, como numa sessão anterior, eu já movido por humores que não frequentam muito o meu dia-a-dia e o meu corpo, acabei trazendo um prejuízo para esta Casa, de R\$18,00, que foi o microfone que acabei equivocadamente colocando num lugar errado, num copo d'água.

Solicito a vossa excelência, se é possível que o líder que ocupa a tribuna use o horário das Lideranças do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ele está usando o horário das Oposições. Ele usou o Pequeno Expediente, o Horário do PMDB e já usou também o Horário das Oposições.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Então retiro o meu aparte, porque gostaria de abordar esse assunto com mais cautela.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, agradeço a atenção, mas chamo a atenção da Assembléia, para que nós não façamos um papel secundário com a nossa presença nesta Comissão Especial de Investigação, que claramente, no meu entendimento, busca resultados que não são aqueles que necessariamente serão alcançados pela CPI da Telefonia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio. Antes porém, o deputado Eli Ghellere registra a presença de Jean Carlos Andrade, engenheiro agrônomo, e Silas Murba, ex-prefeito, ex-presidente e atual secretário da Agricultura do município de São Miguel do Iguaçu.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Na verdade, não pretendia via à tribuna para discutir o assunto da telefonia; tinha outra programação. Mas, movido pelo interesse suscitado aqui pelo pronunciamento do deputado Waldyr Pugliesi, quero dar também neste período que ocupo a tribuna no Pequeno Expediente, e logo também já peço para entrar na Liderança do PTB, para pedir aos parlamentares que nos aprofundemos em relação à questão da telefonia.

Quero antes de mais nada, dizer que, no meu entendimento, é legítima a posição tomada pelo governo em criar uma comissão de alto nível, e explico o porquê.

Após a passagem da CPI Nacional do Narcotráfico do Crime Organizado, o governo criou, diante das denúncias, das acusações que envolviam toda a alta cúpula da Segurança Pública do Paraná, e movido por apelos, já que o governador naquele período não tomava nenhuma decisão, exatamente como faz hoje, de não demitir, de não afastar o secretário da Segurança e nem o diretor da Polícia Civil, resolveu o governo, na época, criar uma comissão de alto nível. Eu fui representando a Assembléia e fui o relator desta comissão, que apresentou uma série de sugestões, de alterações, de mudanças no Estatuto da Polícia Civil. Mas, aquela comissão de alto nível que tinha este parlamentar como representante, não tinha aqui instalada oficialmente a CPI Estadual do Narcotráfico e do Crime Organizado.

Agora a situação é um pouco diferente. Quer dizer, eu reconheço que é importante a atitude tomada pelo governo, deputado Waldyr Pugliesi, porque reconhece exatamente que o caso não era tão somente um caso de polícia, não. Era um caso grave, um caso que envolvia

espionagem no quarto andar, em uma das salas do quarto andar do Palácio do Governo.

Quer dizer, o próprio governo volta atrás naquilo que afirmava, que não queria discutir o assunto, e isso a imprensa publicou constantemente. O governo dizia nas entrevistas, quando os repórteres, os jornalistas o entrevistaram: “Não vou falar mais sobre esse assunto; isso aí é assunto de polícia, é lá no distrito”.

Pois bem, a partir do momento que ele cria essa comissão de alto nível, ele mesmo se contradiz, não é mais um caso de polícia, é um caso grave que envolve o Palácio do Governo e que, portanto, precisa ser devidamente esclarecido. Então, está aí criando essa comissão de alto nível, só que nesta Casa, como já disse o deputado Caíto Quintana, como já disse o deputado Waldyr Pugliesi, neste momento esta Casa, creio eu, não foi consultada, para que o governador anunciasse ontem que teria também um representante da Assembléia Legislativa.

Será que alguém ontem já foi, em nome da Assembléia, ao Palácio, dizer que a Assembléia tem que ter um deputado com assento nessa Comissão, tendo esta Casa, neste momento, uma CPI instalada e já trabalhando em cima desta questão.

Acho que nós parlamentares, e aqui independente da questão de ser Oposição, de ser Situação, de ter posição independente, esta Casa não pode permitir a indicação de um parlamentar para essa comissão de alto nível; agora é diferente da vez anterior a qual eu representei esta Assembléia, agora há uma CPI instalada e portanto, colocar um deputado daqui em tal comissão é desautorizar esta CPI, é praticamente, tentar esvaziar a função dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, precisamos conversar com o presidente da Assembléia, a partir do momento em que vier para cá oficialmente um pedido do governador para que a Assembléia indique um parlamentar. Esta Casa tem que discutir, tem que alertar o seu presidente, de que não pode indicar um parlamentar, porque a Assembléia está com a função de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E, da mesma forma, também comungo do mesmo entendimento do deputado Caíto Quintana, quando vejo hoje aqui estampado num dos jornais da cidade, o jornal Diário Popular: “Sindicato vai investigar escutas telefônicas. E fala que a primeira providência será convocar o presidente da CPI - deputado Tony Garcia, para prestar maiores esclarecimento sobre o assunto, e inclusive serão solicitadas as fitas para que os empresários da imprensa tomem conhecimento”.

Com todo o respeito ao doutor Abdo Kudry, ao doutor Francisco da Cunha Pereira, ao deputado doutor Paulo Pimentel, todos os nossos companheiros que fazem o dia-a-dia da imprensa do Paraná, nós não podemos também da mesma forma admitir a convocação do deputado Tony Garcia ou qualquer membro da CPI para prestar esclarecimento à comissão dos jornalistas. Exatamente ao contrário, de repente vamos convocá-los, vamos convidá-

los para que venham também trazer as suas contribuições à nossa CPI.

Quer dizer, nós estamos na condição de convocarmos e, de repente sermos convocados um para ir ao Palácio Iguaçu fazer parte da comissão de alto nível, e outro para ir à comissão aqui dos jornalistas para prestar depoimento! Estão tentando inverter as funções, deputado Waldyr Pugliesi.

E é por essa razão, e como relator desta CPI, que não posso evidentemente aceitar esse tipo de situação que tenta se colocar dentro da Assembléia Legislativa. Estão tentando esvaziar a CPI, mas podemos garantir a todos: nós vamos até o fim. Se ela é legítima, como tentou alegar o deputado Durval Amaral, que não estaria dentro das suas atribuições. Ora, se há irregularidades, está muito bem clara na súmula que pede a CPI, cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída por onze membros, com prazo de cento e vinte dias para apurar irregularidades na questão de serviços por parte das empresas de telefonia fixa e móvel. Olha, irregularidades, ela é abrangente.

Ora! Será que não é irregular dois funcionários da Telepar serem contratados? Queremos saber de que forma. Ontem, já mesmo na reunião da CPI, nós tiramos algumas solicitações de requerimentos.

De que forma o governo contratava essas duas pessoas que fazem parte desta empresa denominada Defense? De que forma o senhor Edgar Fontoura e o senhor Jeferson Stori eram contratados para prestarem serviços no Palácio Iguaçu? Era feita licitação? Era feito alguma convite de uma forma correta, legal? Licitação, concorrência, de que forma eles eram contratados? Ou só o senhor Gilberto pegava o telefone e dizia: escuta aqui, senhor Jeferson o senhor Edgar, precisamos fazer uma escuta, uma varredura, um grampo. Sei lá que termo utilizavam! De que forma, era legal a contratação dessas pessoas? Agora, querer alegar que o grampo não tem que ser investigado pela CPI, é tentar evidente esconder alguma coisa, porque aí não tem medo, deixa a coisa acontecer.

Agora, quando o governo, ontem, anuncia a criação desta Comissão Especial, qual deveria ter sido a providência inicial do governo naquele momento? Ora! Se estou fazendo uma investigação dentro do Palácio Iguaçu, para que esta Comissão Especial tenha total isenção, para que ela possa fazer um bom trabalho, tenho que afastar o coronel Vieira e afastar o doutor Gerson Guelman, porque afinal de contas são citados constantemente nos relatórios, nos depoimentos que a CPI já tomou. Como é que vai instalar uma comissão de alto nível dentro do Palácio do Governo, se lá dentro estão as pessoas que estão sendo acusadas de espionagem, de grampo, de varredura, de sala do quarto andar e tudo mais?

Quero dizer mais uma vez, acho que essa comissão de alto nível, só engrandece e reconhece a importância da CPI da Assembléia. O que não pode, evidentemente, é a

Assembléia destinar um parlamentar para fazer parte dessa comissão, sob pena, aí sim, de criar um problema dentro da nossa CPI.

De resto, senhores parlamentares, vamos para mais uma sessão hoje à tarde e neste momento falo em nome do presidente, Tony Garcia, convidando a todos para que às quatorze horas estejam no plenarinho da Assembléia. vamos ter mais uma rodada de pessoas a serem ouvidas. E na próxima terça-feira, estamos reconvocando os senhores Edgar Fontoura e Jeferson Stori, estranhamente um está de férias e o outro viajou para o exterior e não estarão nos depoimentos de hoje à tarde. Mas, já estamos convocando para terça-feira e se até o meio dia de hoje, falta uma hora ainda para que o Setor Jurídico da Telepar me dê o retorno de uma ligação que fiz ontem para confirmar a presença dos dois na próxima terça-feira. Se não confirmar até o meio-dia que os dois estarão terça-feira na CPI, vamos convocar o presidente da Telepar. Se isto juridicamente é legal ou não é, a CPI vai convocar o presidente para que venha depor perante esta CPI. Ou fazendo valer a CPI, ou acabamos então indo embora, porque não temos funções a fazer nesta Casa a não ser dar título de Cidadão Honorário e nome de rodovia ou projetos de Utilidade Pública.

Acho que a Assembléia tem que reconhecer a importância desta CPI, tem que saber que esta CPI tem a maior boa vontade de esclarecer os fatos, e que esta CPI não está condenando ninguém antecipadamente. No final, até podemos reconhecer que realmente não existia grampo no Palácio Iguaçu mas, até lá vamos primeiro fazer toda essa caminhada, que é necessária, para que possamos esclarecer à sociedade do Paraná, o que realmente estava acontecendo na sala do quarto andar do Palácio Iguaçu.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada Luciana Rafagnin.

Hoje, como tem sido decorrido durante a semana que se encerra, a questão dos grampos!

Mas, antes de falar dos grampos, gostaria, senhor presidente, com a sua permissão, de fazer o registro na galeria de honra desta Casa, do presidente da Une, o estudante Vadson Ribeiro, que está aqui para comunicar e convidar os deputados e dar ciência a esta Casa, que no dia 13 de maio, vai acontecer em Londrina, o Congresso da Une e neste Congresso será discutido também, pelos estudantes, pelos jovens acadêmicos, a questão da privatização da Copel.

Aqui então fica o registro, é mais um setor da sociedade paranaense se mobilizando para se posicionar contra a venda da Copel, com certeza.

Mas, dizia eu, a respeito dos grampos que vêm ocorrendo. Depois de percorrer aqui o líder da Oposição, Waldyr Pugliesi, no aparte o deputado Durval Amaral alegou da falta de legitimidade da própria CPI para fazer a convocação e para entrar no âmbito da questão.

Ora, realmente, essa CPI, deputado Divanir Braz Palma, não tinha no início a dimensão que está se dando neste presente momento. Por quê?

Porque tida e havida como uma “CPI laranja”, que não tinha por objetivo apurar coisa séria, mas sim, fazer com que ocupasse mais uma na escala das CPI’s abertas, para impedir que entrasse na pauta a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza e também a CPI do Pedágio.

Então, era tranqüilo, não se pretendia. Agora, tudo que se referir à comunicação, à telefonia, não tenham dúvidas, pelo texto aprovado nesta Casa, nós temos obrigação de encaminhar. E se valemos mais, não adianta o governo agora buscar tentar criar comissão de alto nível. Ora, nós já tivemos comissão de alto nível neste governo, e uma delas, foi a comissão para apurar os tiros dados no carro do Candinho, deputado Algaci Tulio, que até hoje não se tem resultado nem do parecer técnico da peritagem, feita pelos técnicos da Unicamp.

Foi também tentando criar na órbita do Palácio Iguaçu, uma comissão de alto nível para analisar o envolvimento da polícia e do Sistema de Segurança Estadual com relação ao narcotráfico, ao roubo de carro e desmanche, e o que se resolveu? Só depois que o problema é agravado, só depois que o problema toma as ruas e as páginas dos jornais e a televisão, é que o governo vem com a panacéia de tentar criar uma comissão de alto nível.

E como bem disse o deputado Augustinho Zucchi, usufruindo do prestígio de uma instituição como OAB e outras instituições colocando-as neste mesmo balaio, para depois dizer que ali estava uma comissão independente, isenta, para analisar os atos do governo.

Nós sabemos que isto não está acontecendo, e esta Assembléia, já foi dito, mas não é demais repetir, não pode permitir. Esta Casa, enquanto Poder, se quiser se manter enquanto Poder, não pode permitir, deputado Algaci Tulio, a desmoralização e o desrespeito que presta ao Parlamento, indicando um parlamentar, um representante dela, para fazer parte de uma comissão que nós já sabemos de início, viciada.

É um desserviço à Casa, é um desserviço ao Parlamento, porque aqui já está se dando na órbita do Parlamento, a investigação.

Se esta Casa estivesse sendo omissa, se a comissão estivesse extrapolando, não estivesse cumprindo o seu papel, aí sim, o governo tinha. Ele pode e deve. O Executivo tem essa autoridade montar, na órbita dele. Agora, que não ponha o coronel Vieira para presidir a comissão, porque a única insensatez que está faltando, é colocar o coronel Vieira para presidir esta comissão que o governo quer fazer.

Mas, aqui quero colocar também uma outra questão - é questão grave. O governo não teve condições de controlar, senhores deputados, senhora deputada, as informações. Como é que começou a questão do caso do grampo?

Começou porque um cidadão foi pego fazendo um grampo, violando um segredo constitucional de uma empresa. Puxou e aí foi ver quem estava grampeando, era funcionário do Palácio Iguaçu. E aí a coisa veio puxando, puxando, e chega no 4º andar do Palácio Iguaçu, na figura do senhor Gerson Guelmann.

Ora, é muito comprometimento, para um governo que se julga com autoridade moral para constituir uma comissão de alto nível, e colocar, sem consulta, a OAB, o Sindicato dos Jornalistas e esta Casa.

Senhores deputados, quem não tem o pudor cívico de violar segredos de comunicação, de telefonia, de deputados, de funcionários do governo, da imprensa, do Judiciário, do Tribunal de Contas, não pode pensar, em momento algum, ter condições morais para poder criar uma comissão de alto nível.

E aqui, senhores deputados, fica um ato mais grave: a venda do Banestado. A entrega do Banestado e o processo de licitação da Copel, com certeza está viciado, porque não foi mantido, deputado Algaci Tulio, deputado Marcos Isfer, a transparência, ou melhor dizendo, o segredo das comunicações que pudessem fazer com que as empresas tivessem sido em nível de igualdade.

É muito mais sério do que se estivéssemos falando de um grampo, ocorrido na Secretaria de Administração do Governo.

Mas é a Copel que hoje não tem mais condições morais de continuar neste processo, porque com certeza ela foi violada, e não sei, senhor presidente, se o que está aí, em relação às informações trazidas à baila do grampo, se não é a contra-informação daqueles que querem ver a Copel privatizada, porque hoje saiu de cena a questão da Copel e entrou os grampos.

Mas, a quem interessa os grampos?

Interessa àqueles que estão aqui para comprar as informações, porque essas informações foram compradas no mercado. No mercado negro. As fitas hoje rolam, não só aqui como em outros lugares. E já é de algum tempo, porque o coronel Vieira é processado em Londrina, desde 96, por espionagem. Ele e mais dois maiores. E lá estava o senhor Gerson Guelmann, também sendo comandante nas eleições de 96 e de 2000.

Então é um processo já habituado, maquiavélico, do Palácio Iguaçu.

O Sr. Marcos Isfer

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte, deputado José Maria, para fazer alguns esclarecimentos - o processo do grampo não é uma coisa que comece, como disse vossa excelência,

apenas com a prisão desses trabalhadores, dessas pessoas que prestavam serviços a uma empresa de telefonia.

Parece-me que o mais grave e ainda ontem o promotor público colocava na reunião da CPI é que os grampos poderiam ser feitos dentro da própria empresa de telefonia, uma vez que o chefe de serviço de segurança da telefonia é o mesmo proprietário desta empresa que a Casa Militar do Paraná recomendava para outras Casas Militares. Os funcionários detidos, diga-se de passagem, faziam parte da Casa Militar e lotados no hangar do Palácio, localizado no Bacacheri.

Então, realmente, há aí todo um contexto que tem que ser levado em conta e que não é de agora. Então, a preocupação, quando se fala, esses grampos eram feitos dentro da própria Telepar, isto é possível de ocorrer, porque todos sabemos que existem os grampos oficiais, aqueles que são designados pela Justiça e que devem ocorrer...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

E que são realizados lá.

O Sr. Marcos Isfer

E são realizados lá. Mas além destes, será que estes cidadãos da empresa não estariam fazendo por conta e risco, como bem demonstra o caso da Delta com o conluio do próprio advogado, quer dizer, contratando o serviço?

Então, me parece que isto tem que ser realmente averiguado, do ponto de vista de uma falha de segurança da própria empresa de telefonia. O envolvimento político que se desdobra aí, acho que o governo, como bem disse o deputado Algaci Tulio, age bem em constituir uma comissão, age tardiamente; deveria tê-lo feito no primeiro momento já para que ficasse isento de qualquer tipo de coisa, mas se o fez e o fez tarde é um problema do governo.

Agora, acho que a CPI não pode ficar desmerecida em momento nenhum e esta comissão inclusive tem que se reportar à própria CPI.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Prestando informações como órgão auxiliar na questão da informação e dos esclarecimentos.

Faria um apelo aqui, para concluir, deputado presidente Elio Rusch, ao líder do Governo, que não até para o benefício desta Casa, para que nós pudéssemos continuar a desenvolver o trabalho da CPI e que ela pudesse chegar ao seu fim, se o governo não deve, não tem por que temer. Vazamentos são possíveis. Agora, o que não pode, é viver com a convivência deles. Se o governo não é conveniente com os vazamentos, se o governo não tem comprometimento, não tem por que o governo, em nenhum momento, alegar que a CPI não está habilitada para fazer este papel de investigação junto aos grampos ocorridos no Palácio Iguaçu.

Portanto, deputado Durval Amaral, para um grande serviço a esta Casa, que nós deixemos caminhar a CPI, e se ela, aí sim, se exceder nas suas atribuições, aí, evidentemente, tem não só os deputados, mas a Corregedoria e a própria Mesa diretora tem toda a condição de fazer com que não se perca e busque o seu princípio original.

Portanto, deputado Durval Amaral, aqui fica o apelo para que nós não tenhamos, em nenhum momento, obstáculo ao prosseguimento e aos esclarecimentos que esta Casa e a sociedade paranaense precisam, porque por muito menos aqui já disse, por muito menos um presidente americano caiu, e nós não estamos querendo falar em derrubada de governo, mas a lei precisa ser respeitada e esse tem que ser um mandamento sagrado das democracias, o respeito à informação, o respeito à intimidade dessas informações. Quando se quebra, quebra-se um dos mandamentos sagrados da democracia e do estado de direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede e foro em Luiziana. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013/2001, de 12/03/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 054/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim

Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016/2001, de 14/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 057/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná, com sede e foro em São Pedro do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016/2001, de 14/03/2001).**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes e Luiz Carlos Alborghetti, que torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam, dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ E PARECER FAVORÁVEL DA CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO A CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia civil no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147/2000, de 30/10/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 351/00

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei, em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Civil no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste notabilizou-se o anseio da população Iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo Campus do Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abastecem o mercado de trabalho desta região.

O presente projeto de lei tem caráter meramente autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo de criar e implantar o curso supra citado no Campus de Foz do Iguaçu da Unioeste. Por isso

entende esta Comissão de Constituição e Justiça, que não há nenhum óbice para a aprovação do projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto chamada esta comissão a opinar, somos de parecer favorável, uma vez que concluímos sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 04.12.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 351/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia civil no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população Iguaçuense, em expandir os cursos superiores ofertados pelo Campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abasteceram o mercado de trabalho desta região.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta comissão a opinar, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.2000

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2001, de autoria do deputado Cleiton Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú, com sede e foro em Imbaú. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 018/2001, de 15.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 059/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de utilidade pública, a associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda corretiva anexa, para melhor adequa-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 059/2001

O Art. 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú, com sede e foro no município de Imbaú e foro no município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Educacional - Cesi, com sede e foro em Francisco Beltrão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 022/2001, de 21.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 075/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Guzella Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Centro de Educação Sindical - Cesi, com sede e foro no município de Francisco Beltrão / Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio à Recuperação Infantil doutor Hugo Dehé, com sede e foro em Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 023/2001, de 26.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 077/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de utilidade pública, o Centro de Apoio à Recuperação Infantil doutor Hugo Dehé, com sede e foro no município de Londrina/PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina/Creche Antonio Augusto Farias, com sede e foro em Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 025/2001, de 26.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina/Creche Antonio Augusto Farias, com sede e foro no município de Londrina/PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.94/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1.174, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1.193, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1.109, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1.179, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1.181, 1.182, 1.183, 1.184, 1.185, 1.186, 1.187, 1.188, 1.188-A e 1.189, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1.190, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1.191, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1.176, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 648/97, 103, 134 e 317/99 e 067/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 351/2001, 059, 075, 077 e 078/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2001

Levanta-se a sessão.